

MESA DIRETORA ALEMS

Presidente: Deputado **Paulo Corrêa**

1º Vice-Presidente: Deputado **Eduardo Rocha**
2º Vice-Presidente: Deputado **Neno Razuk**
3º Vice-Presidente: Deputado **Antônio Vaz**

1º Secretário: Deputado **Zé Teixeira**
2º Secretário: Deputado **Herculano Borges**
3º Secretário: Deputado **Pedro Kemp**

DEPUTADOS – 11ª LEGISLATURA

Deputado Antônio Vaz - PRB
Deputado Barbosinha - DEM
Deputado Cabo Almi - PT
Deputado Capitão Contar - PSL
Deputado Coronel David - Sem partido
Deputado Eduardo Rocha - MDB
Deputado Evander Vendramini - PP
Deputado Felipe Orro - PSDB
Deputado Gerson Claro - PP
Deputado Herculano Borges - SOLIDARIEDADE
Deputado Jamilson Name - Sem partido
Deputado João Henrique - PL
Deputado Lídio Lopes - PATRI
Deputado Londres Machado - PSD
Deputado Lucas de Lima - SOLIDARIEDADE
Deputada Mara Caseiro - PSDB
Deputado Marçal Filho - PSDB
Deputado Marcio Fernandes - MDB
Deputado Neno Razuk - PTB
Deputado Paulo Corrêa - PSDB
Deputado Pedro Kemp - PT
Deputado Professor Rinaldo - PSDB
Deputado Renato Câmara - MDB
Deputado Zé Teixeira - DEM

BANCADAS 2020

BLOCO PARLAMENTAR G-10
Deputado Londres Machado - Líder
Deputado Neno Razuk - Vice-Líder

BLOCO PARLAMENTAR G-8
Deputado Eduardo Rocha - Líder
Deputado Cabo Almi - Vice-Líder

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
Deputado Professor Rinaldo - Líder

LIDERANÇA DO GOVERNO
Deputado Gerson Claro - Líder
Deputado Eduardo Rocha - Vice-Líder

ESTRUTURA OPERACIONAL ADMINISTRATIVA

LEI Nº 4.987 de 29 de março de 2017

Órgão Deliberativo – Plenário
Órgão de Direção – Mesa Diretora
Assessoramento Técnico Especializado – Comissões Técnicas
Órgão de Representação Partidária – Gabinete das Lideranças
Assessoria Especial – Assessoria de Bancada

Presidência
1ª Secretária
Secretaria de Finanças e Orçamento
Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos
Secretaria de Recursos Humanos
Secretaria de Infraestrutura
Secretaria de Comunicação Institucional

Ouvidoria
Controladoria
Cerimonial
Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO

Ato nº 07/2019 - Mesa Diretora

Deputado Felipe Orro - PSDB
Deputado Herculano Borges - SOLIDARIEDADE
Deputado Lucas de Lima - SOLIDARIEDADE
Deputado Renato Câmara - MDB

Luiz Henrique Volpe Camargo - Secretário de Assuntos Leg./Jurídicos
Jericó Vieira de Matos - Secretário de Finanças e Orçamento
Marlene Figueira da Silva - Secretária de Recursos Humanos
Luiz Ferreira Silva - Secretário de Infraestrutura
Adriano Porfírio Furtado - Secretário de Comunicação Social Institucional

Ana Cláudia Gomes do Prado - Redatora e Revisora de Textos

SUMÁRIO

1ª PARTE - SESSÃO PLENÁRIA	3
4ª PARTE - BOLETIM DE PESSOAL	25
5ª PARTE - AVISOS E EDITAIS.....	26

COMISSÕES PERMANENTES 2020

DEPUTADOS TITULARES

DEPUTADOS SUPLENTE

I – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1762, 03 de março de 2020, pag. 3

EVANDER VENDRAMINI	G-10	CAPITÃO CONTAR	G-10	
GERSON CLARO	G-10	LUCAS DE LIMA	G-10	
EDUARDO ROCHA	G-8	RENATO CAMARA	G-8	
LIDIOLOPES	Presidente	G-8	PEDRO KEMP	G-8
PROFESSORRINALDO	Vice-Presidente	PSDB	MARÇAL FILHO	PSDB

II – COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1770, 13 de março de 2020, pag. 14

LUCAS DE LIMA	Vice-Presidente	G-10	CAPITÃO CONTAR	G-10
JAMILSON NAME		G-10	CORONEL DAVID	G-10
MARCIO FERNANDES		G-8	GERSON CLARO	G-10
BARBOSINHA	Presidente	G-8	RENATO CÂMARA	G-8
FELIPE ORRO		PSDB	MARÇAL FILHO	PSDB

III – COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICAS RURAL, AGRÁRIA E PESQUEIRA

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 15

EVANDER VENDRAMINI	G-10	GERSON CLARO	G-10
CAPITÃO CONTAR Vice-Presidente	G-10	NENO RAZUK	G-10
MARCIO FERNANDES Presidente	G-8	CABO ALMI	G-8
RENATO CAMARA	G-8	JAMILSON NAME	G-10
MARA CASEIRO	PSDB	PROFESSOR RINALDO	PSDB

IV – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1789, 15 de abril de 2020, pag. 15

CORONEL DAVID	G-10	ANTONIO VAZ	G-10	
GERSON CLARO	G-10	NENO RAZUK	G-10	
BARBOSINHA	G-8	EDUARDO ROCHA	G-8	
PEDROKEMP	Presidente	G-8	MARCIO FERNANDES	G-8
PROFESSOR RINALDO	Vice-Presidente	PSDB	MARÇAL FILHO	PSDB

V – COMISSÃO DE SAÚDE

Ata nº 01/2020, publicada no DOE nº 1770, 13 de março de 2020, pag. 15

ANTONIO VAZ	Presidente	G-10	EVANDER VENDRAMINI	G-10
LUCAS DE LIMA		G-10	CABO ALMI	G-8
RENATO CÂMARA		G-8	LIDIO LOPES	G-8
PEDRO KEMP		G-8	BARBOSINHA	G-8
FELIPE ORRO	Vice-Presidente	PSDB	PROFESSOR RINALDO	PSDB

VI – COMISSÃO DE TRABALHO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 16

ANTONIO VAZ	G-10	LONDRES MACHADO	G-10
CAPITÃO CONTAR	G-10	CORONEL DAVID	G-10
LIDIO LOPES Presidente	G-8	CABO ALMI	G-8
PEDRO KEMP Vice-Presidente	G-8	EDUARDO ROCHA	G-8
MARA CASEIRO	PSDB	FELIPE ORRO	PSDB

VII – COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, OBRAS, TRANSPORTE, INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1767, 10 de março de 2020, pag. 4

NENO RAZUK	Vice-Presidente	G-10	CAPITÃO CONTAR	G-10
EVANDER VENDRAMINI		G-10	LUCAS DE LIMA	G-10
JAMILSON NAME		G-10	LIDIO LOPES	G-8
EDUARDO ROCHA		G-8	PEDRO KEMP	G-8
MARÇAL FILHO	Presidente	PSDB	FELIPE ORRO	PSDB

VIII – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1767, 10 de março de 2020, pag. 5

EVANDER VENDRAMINI	Presidente	G-10	CORONEL DAVID	G-10
JAMILSON NAME		G-10	JOÃO HENRIQUE	PL
RENATO CAMARA	Vice-Presidente	G-8	MARCIO FERNANDES	G-8
EDUARDO ROCHA		G-8	BARBOSINHA	G-8
PROFESSOR RINALDO		PSDB	MARA CASEIRO	PSDB

IX – COMISSÃO DE CONTROLE DA EFICÁCIA LEGISLATIVA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1768, 11 de março de 2020, pag. 4

LONDRES MACHADO	Presidente	G-10	LUCAS DE LIMA	G-10
NENO RAZUK		G-10	JOÃO HENRIQUE	PL
JAMILSON NAME		G-10	MARCIO FERNANDES	G-8
BARBOSINHA	Vice-Presidente	G-8	RENATO CAMARA	G-8
MARA CASEIRO		PSDB	FELIPE ORRO	PSDB

X – COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 17

CAPITÃO CONTAR	Presidente	G-10	LONDRES MACHADO	G-10
GERSON CLARO		G-10	NENO RAZUK	G-10
EDUARDO ROCHA	Vice-Presidente	G-8	JAMILSON NAME	G-10
CABO ALMI		G-8	PEDRO KEMP	G-8
PROFESSOR RINALDO		PSDB	FELIPE ORRO	PSDB

XI – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 18

LUCAS DE LIMA	Presidente	G-10	EVANDER VENDRAMINI	G-10
CORONEL DAVID		G-10	CAPITÃO CONTAR	G-10

LONDRES MACHADO	G-10	LÍDIO LOPES	G-8
RENATO CÂMARA	G-8	MARCIO FERNANDES	G-8
FELIPE ORRO Vice-Presidente	PSDB	MARÇAL FILHO	PSDB

XII – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA SOCIAL

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 19

CORONEL DAVID	Vice-Presidente	G-10	GERSON CLARO	G-10
CAPITÃO CONTAR		G-10	JAMILSON NAME	G-10
CABO ALMI	Presidente	G-8	PEDRO KEMP	G-8
BARBOSINHA		G-8	ANTONIO VAZ	G-10
MARÇAL FILHO		PSDB	MARA CASEIRO	PSDB

XIII – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E ASSUNTOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 20

ANTONIO VAZ	G-10	GERSON CLARO	G-10
NENORAZUK Presidente	G-10	LONDRES MACHADO	G-10
PEDRO KEMP Vice-Presidente	G-8	EDUARDO ROCHA	G-8
LIDIO LOPES	G-8	RENATO CAMARA	G-8
MARA CASEIRO	PSDB	MARÇAL FILHO	PSDB

XIV – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ata nº 01/2020, publicada no DOE nº 1770, 12 de março de 2020, pag. 16

LUCAS DE LIMA	Vice-Presidente	G-10	GERSON CLARO	G-10
ANTONIO VAZ		G-10	EVANDER VENDRAMINI	G-10
CABO ALMI		G-8	JAMILSON NAME	G-10
MARCIO FERNANDES		G-8	BARBOSINHA	G-8
FELIPE ORRO	Presidente	PSDB	MARA CASEIRO	PSDB

XV – COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 21

LUCAS DE LIMA	G-10	ANTONIO VAZ	G-10	
LONDRES MACHADO	Presidente	G-10	BARBOSINHA	G-8
NENO RAZUK	G-10	PEDRO KEMP	G-8	
LIDIO LOPES	Vice-Presidente	G-8	CABO ALMI	G-8
MARÇAL FILHO	PSDB	PROFESSOR RINALDO	PSDB	

XVI – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Ata nº 001/2020, publicada no DOE nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 22

CORONEL DAVID	Presidente	G-10	LUCAS DE LIMA	G-10
LONDRES MACHADO		G-10	ANTONIO VAZ	G-10
MARCIO FERNANDES		G-8	EDUARDO ROCHA	G-8
CABO ALMI		G-8	LIDIO LOPES	G-8
MARÇAL FILHO	Vice-Presidente	PSDB	MARA CASEIRO	PSDB

COMISSÕES ESPECIAIS 2020

I – COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA CONSTITUCIONAL

Ata nº 001/2020, publicada no D. O. Eletrônico ALMS nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 23

EVANDER VENDRAMINI	Vice-Presidente	G-10	LONDRES MACHADO	G-10
JOÃO HENRIQUE		PL	NENO RAZUK	G-10
PEDROKEMP	Presidente	G-8	RENATO CÂMARA	G-8
LÍDIO LOPES		G-8	JAMILSON NAME	G-10
MARÇAL FILHO		PSDB	FELIPE ORRO	PSDB

II – COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Ata nº 001/2020, publicada no D.O. Eletrônico ALMS nº 1803, 07 de maio de 2020, pag. 24

GERSON CLARO	G-10	CAPITÃO CONTAR	G-10
RENATO CÂMARA Vice-Presidente	G-8	PEDRO KEMP	G-8
FELIPEORRO Presidente	PSDB	MARA CASEIRO	PSDB

III – COMISSÃO ESPECIAL DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ato nº 59/2019, publicado no D.O. Eletrônico ALEMS nº 1714, 12 de novembro de 2019, p. 4

FELIPE ORRO	PSDB	LUCAS DE LIMA	G-10
PEDRO KEMP	G-8	LIDIO LOPES	G-8
BARBOSINHA	G-8	RENATO CAMARA	G-8
NENO RAZUK	G-10	ANTÔNIO VAZ	G-10
CORONEL DAVID	G-10		

IV – COMISSÃO PREVISTA NO ART. 2º DO DECRETO LEGISLATIVO N. 620 – ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

NENO RAZUK		G-10	CORONEL DAVID	G-10
LUCAS DELIMA	Presidente	G-10	CAPITÃO CONTAR	G-10
PEDRO KEMP		G-8	RENATO CÂMARA	G-8
BARBOSINHA		G-8	LIDIO LOPES	G-8
PROFESSOR RINALDO	Vice-Presidente	PSDB	MARÇAL FILHO	PSDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI DA ENERGISA

Ata nº 001/2019, publicada no DOE ALEMS nº 1735, 11 de dezembro de 2019, p.19

FELIPE ORRO	Presidente	PSDB	MARÇAL FILHO	PSDB
BARBOSINHA	Vice-Presidente	G-8	EDUARDO ROCHA	G-8
CAPITÃO CONTAR	Relator	G-10	ANTONIO VAZ	G-10
RENATO CÂMARA		G-8	EVANDER VENDRAMINI	G-10
LUCAS DE LIMA		G-10		

1ª PARTE - SESSÃO PLENÁRIA**ORDEM DO DIA****SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 01/12/2020 (TERÇA-FEIRA), ÀS 9h.****TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA****REDAÇÃO FINAL**1 – [Projeto de Lei nº 233/19](#)

Processo nº 320/19

Deputado MARÇAL FILHO – Dispõe sobre a inclusão na Cédula de Identidade de informação sobre a condição de “pessoa com transtorno do Espectro Autista” no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

1ª DISCUSSÃO2 – [Projeto de Lei nº 180/2020](#)

Processo nº 257/2020

Deputado MARCIO FERNANDES – Dispõe sobre o Código de Proteção aos Animais do Estado de Mato Grosso do Sul.

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

3 – [Projeto de Lei nº 208/2020](#)

Processo nº 290/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 40/2020 – Revoga o § 8º do art. 51 da Lei nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Empregos e Carreiras da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado.

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08/12/2020 (TERÇA-FEIRA), ÀS 9h.**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA****2ª DISCUSSÃO**1 – [Projeto de Lei nº 188/2020](#)

Processo nº 266/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 36/2020 – Aprova a primeira revisão do Plano Plurianual para o período de 2020/2023.

2 – [Projeto de Lei nº 189/2020](#)

Processo nº 267/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 37/2020 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2021.

MATÉRIA APRECIADA**MATÉRIA APRECIADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26/11/2020****TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA****REDAÇÃO FINAL**1 – [Projeto de Lei nº 139/2020](#)

Processo nº 204/2020

Deputado LÍDIO LOPES – Dispõe sobre a garantia das instituições de ensino público e privado de Mato Grosso do Sul fornecerem diploma impresso em sistema Braille para alunos com deficiência visual na conclusão do ensino fundamental, médio e superior.

APROVADO. AO EXPEDIENTE.

Relatório de votação publicado em atendimento ao disposto no art. 224, §6º do RIAL.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 139/20

PROCESSO Nº 204/20

AUTORIA: DEPUTADO LÍDIO LOPES
REDAÇÃO FINAL

01	Deputado ANTONIO VAZ	SIM
02	Deputado BARBOSINHA	SIM
03	Deputado CABO ALMI	SIM
04	Deputado CAPITÃO CONTAR	SIM
05	Deputado CORONEL DAVID	SIM
06	Deputado EDUARDO ROCHA	SIM
07	Deputado EVANDER VENDRAMINI	SIM
08	Deputado FELIPE ORRO	SIM
09	Deputado GERSON CLARO	SIM
10	Deputado HERCULANO BORGES	SIM
11	Deputado JAMILSON NAME	SIM
12	Deputado JOÃO HENRIQUE	SIM
13	Deputado LÍDIO LOPES	SIM
14	Deputado LONDRES MACHADO	SIM
15	Deputado LUCAS DE LIMA	SIM
16	Deputado MARA CASEIRO	SIM
17	Deputado MARÇAL FILHO	SIM
18	Deputado MARCIO FERNANDES	SIM
19	Deputado NENO RAZUK	SIM
20	Deputado PAULO CORRÊA	SIM
21	Deputado PEDRO KEMP	SIM
22	Deputado PROFESSOR RINALDO	SIM
23	Deputado RENATO CÂMARA	SIM
24	Deputado ZÉ TEIXEIRA	SIM

19 Javéris
Assinatura
26/11/2020
Wesley

2ª DISCUSSÃO2 – [Projeto de Lei nº 270/192](#)

Processo nº 430/19

Deputado ANTONIO VAZ – Institui a Olimpíada Estadual de Saúde no Estado de Mato Grosso do Sul.

APROVADO. AO EXPEDIENTE.

Relatório de votação publicado em atendimento ao disposto no art. 224, §6º do RIAL.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 270/19

PROCESSO N.º 430/19

AUTORIA: DEPUTADO ANTONIO VAZ
2ª VOTAÇÃO

01 - Deputado ANTONIO VAZ	SIM
02 - Deputado BARBOSINHA	SIM
03 - Deputado CABO ALMI	SIM
04 - Deputado CAPITÃO CONTAR	SIM
05 - Deputado CORONEL DAVID	SIM
06 - Deputado EDUARDO ROCHA	SIM
07 - Deputado EVANDER VENDRAMINI	SIM
08 - Deputado FELIPE ORRO	SIM
09 - Deputado GERSON CLARO	SIM
10 - Deputado HERCULANO BORGES	SIM
11 - Deputado JAMILSON NAME	SIM
12 - Deputado JOÃO HENRIQUE	SIM
13 - Deputado LÍDIO LOPES	SIM
14 - Deputado LONDRES MACHADO	SIM
15 - Deputado LUCAS DE LIMA	SIM
16 - Deputado MARA CASEIRO	SIM
17 - Deputado MARÇAL FILHO	SIM
18 - Deputado MÁRCIO FERNANDES	SIM
19 - Deputado NENO RAZUK	SIM
20 - Deputado PAULO CORRÊA	SIM
21 - Deputado PEDRO KEMP	SIM
22 - Deputado PROFESSOR RINALDO	SIM
23 - Deputado RENATO CÂMARA	SIM
24 - Deputado ZÉ TEIXEIRA	SIM

18 Faváveis
Unanimidade
26/11/2020
Vazquez

4 - [Projeto de Lei nº 175/2020](#)

Processo nº 251/2020

Deputado RENATO CÂMARA – Institui a Semana Estadual da Suinocultura.

APROVADO. AO EXPEDIENTE.

Relatório de votação publicado em atendimento ao disposto no art. 224, §6º do RIAL.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 175/20

PROCESSO N.º 251/20

AUTORIA: DEPUTADO RENATO CÂMARA
2ª VOTAÇÃO

01 - Deputado ANTONIO VAZ	SIM
02 - Deputado BARBOSINHA	SIM
03 - Deputado CABO ALMI	SIM
04 - Deputado CAPITÃO CONTAR	SIM
05 - Deputado CORONEL DAVID	SIM
06 - Deputado EDUARDO ROCHA	SIM
07 - Deputado EVANDER VENDRAMINI	SIM
08 - Deputado FELIPE ORRO	SIM
09 - Deputado GERSON CLARO	SIM
10 - Deputado HERCULANO BORGES	SIM
11 - Deputado JAMILSON NAME	SIM
12 - Deputado JOÃO HENRIQUE	SIM
13 - Deputado LÍDIO LOPES	SIM
14 - Deputado LONDRES MACHADO	SIM
15 - Deputado LUCAS DE LIMA	SIM
16 - Deputado MARA CASEIRO	SIM
17 - Deputado MARÇAL FILHO	SIM
18 - Deputado MÁRCIO FERNANDES	SIM
19 - Deputado NENO RAZUK	SIM
20 - Deputado PAULO CORRÊA	SIM
21 - Deputado PEDRO KEMP	SIM
22 - Deputado PROFESSOR RINALDO	SIM
23 - Deputado RENATO CÂMARA	SIM
24 - Deputado ZÉ TEIXEIRA	SIM

18 Faváveis
Unanimidade
26/11/2020
Vazquez

3 - [Projeto de Lei nº 136/2020](#)

Processo nº 200/2020

Deputado MARÇAL FILHO – Dispõe sobre a fiscalização e os critérios mínimos de funcionamento das instituições de atendimento à pessoa idosa durante o período da Pandemia de COVID-19 (Coronavírus SARS-CoV-2), no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul.

APROVADO. AO EXPEDIENTE.

Relatório de votação publicado em atendimento ao disposto no art. 224, §6º do RIAL.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 136/20

PROCESSO N.º 200/20

AUTORIA: DEPUTADO MARÇAL FILHO
2ª VOTAÇÃO

01 - Deputado ANTONIO VAZ	SIM
02 - Deputado BARBOSINHA	SIM
03 - Deputado CABO ALMI	SIM
04 - Deputado CAPITÃO CONTAR	SIM
05 - Deputado CORONEL DAVID	SIM
06 - Deputado EDUARDO ROCHA	SIM
07 - Deputado EVANDER VENDRAMINI	SIM
08 - Deputado FELIPE ORRO	SIM
09 - Deputado GERSON CLARO	SIM
10 - Deputado HERCULANO BORGES	SIM
11 - Deputado JAMILSON NAME	SIM
12 - Deputado JOÃO HENRIQUE	SIM
13 - Deputado LÍDIO LOPES	SIM
14 - Deputado LONDRES MACHADO	SIM
15 - Deputado LUCAS DE LIMA	SIM
16 - Deputado MARA CASEIRO	SIM
17 - Deputado MARÇAL FILHO	SIM
18 - Deputado MÁRCIO FERNANDES	SIM
19 - Deputado NENO RAZUK	SIM
20 - Deputado PAULO CORRÊA	SIM
21 - Deputado PEDRO KEMP	SIM
22 - Deputado PROFESSOR RINALDO	SIM
23 - Deputado RENATO CÂMARA	SIM
24 - Deputado ZÉ TEIXEIRA	SIM

18 Faváveis
Unanimidade
26/11/2020
Vazquez

Requerimentos				
Nº	Protocolo	Deputado	Localidade	Resumo
1	02958/2020	Capitão Contar	Campo Grande	Reitera requerimento de informações acerca das campanhas relacionadas à Covid-19 – Campo Grande.
2	02959/2020	Capitão Contar	Figueirão	Requer informações do processo licitatório n. 554/2020, Figueirão (MS).
3	02961/2020	Capitão Contar	Campo Grande	Reitera pedido de informações sobre campanhas relacionadas à Covid-19 – Estado.

Indicações				
Nº	Protocolo	Deputado	Localidade	Resumo
1	02962/2020	Barbosinha	Deodápolis	Solicita destinação de uma viatura Trailblazer nova para atender a Polícia Civil do município de Deodápolis (MS).
2	02960/2020	Barbosinha	Âmbito Estadual	Solicita convocação dos 220 praças e dos 56 oficiais remanescentes do concurso da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.
3	02957/2020	Barbosinha	Dourados	Solicita destinação de recursos para aquisição de 6 caminhões basculantes, 2 motoniveladoras, 1 escavadeira de porte grande, 1 retroescavadeira e 1 rolo compactador para atender o município de Dourados (MS).
4	02964/2020	Lídio Lopes	Campo Grande	Patrolamento e cascalhamento na Rua Fidélis Buckner, bairro Jardim Centro Oeste, município de Campo Grande.

Moção de Congratulação				
Nº	Protocolo	Deputado	Localidade	Resumo
1	02966/2020	Apresentada pela Casa	Âmbito Estadual	À juíza sul-mato-grossense Jacqueline Machado.

Moções de Pesar		
Nº	Deputado	Resumo
1	Lídio Lopes	Em razão do falecimento do Senhor José de Oliveira.
2	Lídio Lopes	Em razão do falecimento do Senhor Maurílio de Souza Gualberto.

PROJETOS COM PRAZOS PARA EMENDAS**(238)****PERÍODO DE PAUTA EM 1ª DISCUSSÃO
(ART. 310, § 3º, DO RIAL)**

PROJETOS COM PRAZO ABERTO PARA CONHECIMENTO DOS DEPUTADOS E OFERECIMENTO DE EMENDAS ATÉ 15/12/2020

- 1 – Projeto de Emenda Constitucional nº 03/2020
Processo nº 295/2020

Deputado GERSON CLARO e OUTROS – Altera a redação do parágrafo único, art. 153, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.

**PERÍODO DE PAUTA EM DISCUSSÃO ÚNICA
(ART. 188 DO RIAL)**

PROJETOS COM PRAZO ABERTO PARA CONHECIMENTO DOS DEPUTADOS E OFERECIMENTO DE EMENDAS ATÉ 02/12/2020

- 1 – Projeto de Decreto Legislativo nº 065/2020
Processo nº 296/2020

MESA DIRETORA (2019 – 2021) – Acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012, que estabelece os valores das taxas da Tabela de Serviços de Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS).

**PERÍODO DE PAUTA EM 1ª DISCUSSÃO
(ART. 188 DO RIAL)**

PROJETOS COM PRAZO ABERTO PARA CONHECIMENTO DOS DEPUTADOS E OFERECIMENTO DE EMENDAS ATÉ 03/12/2020

- 1 – Projeto de Lei nº 221/2020
Processo nº 305/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 48/2020 – Altera a redação de dispositivos da Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, que reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

- 2 – Projeto de Lei nº 222/2020
Processo nº 306/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 49/2020 – Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.463, de 16 de dezembro de 2019, que institui o Programa Nota MS Premiada.

- 3 – Projeto de Lei nº 223/2020
Processo nº 307/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 50/2020 – Autoriza a prorrogação dos contratos por tempo determinado decorrentes do Edital nº 1/2017/SAD/SEDHAST e do Edital nº 1/2017/SAD/FUNDTUR, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho e da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

- 4 – Projeto de Lei nº 224/2020
Processo nº 308/2020

Deputado NENO RAZUK – Cria o Disque Denúncia de Maus Tratos e Abandono de Animais no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

PROJETOS COM PRAZO ABERTO PARA CONHECIMENTO DOS DEPUTADOS E OFERECIMENTO DE EMENDAS ATÉ 02/12/2020

- 1 – Projeto de Lei nº 218/2020
Processo nº 302/2020

Deputado MARÇAL FILHO – Institui a Política Estadual de Atenção à Saúde Mental das Vítimas da COVID-19 no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

- 2 – Projeto de Lei nº 219/2020
Processo nº 303/2020

Deputado LUCAS DE LIMA – Estabelece o descarte correto de Máscara de Proteção Individual e outros Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, em vias e logradouros públicos, bem como a sua separação em recipiente de lixo domiciliar e comercial, como medida de prevenção e redução de riscos de adquirir ou transmitir o CORONAVIRUS/COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências.

- 3 – Projeto de Lei nº 220/2020
Processo nº 304/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 47/2020 – Acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012, que estabelece os valores das taxas da Tabela de Serviços de Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS).

PROJETOS COM PRAZO ABERTO PARA CONHECIMENTO DOS DEPUTADOS E OFERECIMENTO DE EMENDAS ATÉ 01/12/2020

- 1 – Projeto de Lei nº 213/2020
Processo nº 297/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 42/2020 – Altera a redação da Lei nº 4.715, de 9 de setembro de 2015, e altera a redação da Lei nº 4.857, de 6 de maio de 2016.

- 2 – Projeto de Lei nº 214/2020
Processo nº 298/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 43/2020 – Autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargo, ao Município de Brasilândia-MS, o imóvel que especifica, e dá outras providências.

- 3 – Projeto de Lei nº 215/2020
Processo nº 299/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 44/2020 – Dispõe sobre a concessão de Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

4 – Projeto de Lei nº 216/2020
Processo nº 300/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 45/2020 – Altera a redação do caput do art. 33-A da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, acrescentado pela Lei Complementar nº 274, de 21 de maio de 2020, nos termos que especifica.

5 – Projeto de Lei nº 217/2020
Processo nº 301/2020

PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 46/2020 – Altera a redação de dispositivos do Anexo II da Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009, que institui a defesa sanitária animal e dispõe sobre matérias correlatas.

PERÍODO DE PAUTA EM 2ª DISCUSSÃO (ART. 195 DO RIAL)

PROJETOS COM PRAZO ABERTO PARA CONHECIMENTO DOS DEPUTADOS E OFERECIMENTO DE EMENDAS ATÉ 02/12/2020

1 – [Projeto de Lei nº 206/2020](#)
Processo nº 287/2020

Deputado HERCULANO BORGES – Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei 3.945, de 04 de Agosto de 2010, o Dia Estadual do Conselheiro Cristão a ser comemorado anualmente, no dia 31 de Outubro.

PROJETOS APRESENTADOS

Autor: Deputado NENO RAZUK
Projeto de Lei nº 224/2020
Processo nº 308/2020

Cria o Disque Denúncia de Maus Tratos e Abandono de Animais no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o serviço Disque Denúncia de Maus Tratos e abandono de Animais, para receber denúncias referentes à violência ou crueldade praticada contra animais, mediante a disponibilização de um número telefônico de livre acesso para a população.

Parágrafo Único - O Disque denúncia visa à proteção aos animais domésticos, por meio de ações fiscalizadoras promovidas pelas instituições estaduais a partir de denúncias feitas por qualquer cidadão.

Art. 2º O Poder Público poderá fazer parcerias público-privado para a execução desta lei.

Art. 3º O Poder Executivo poderá celebrar convênios, visando uma política conjunta de apuração de denúncias formuladas e encaminhamento destas aos órgãos fiscalizadores competentes, podendo ser feito mediante remanejamento de linhas telefônicas já existentes.

Art. 4º O Poder Executivo poderá promover ampla divulgação dessas medidas e divulgará um número de telefone para contato direto da população com a SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.

Art. 5º Fica assegurado sigilo absoluto da identidade do denunciante, se assim o desejar.

Art. 6º Constituem recursos para o custeio do serviço previsto para esta Lei:

I - Recursos provenientes de dotações orçamentárias do Estado;

II - Recursos financeiros oriundos da União, dos Estados, dos municípios e de órgãos e de entidades públicas, recebidos diretamente ou por meio de convênios;

III - Recursos provenientes de ajustes celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - Contribuições voluntárias e doações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

V - Recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;

VI - Outros recursos a ele destinados.

Art 7º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado Júlio Maia, 26 de novembro de 2020

NENO RAZUK
Deputado Estadual
2º vice-presidente ALEMS

JUSTIFICATIVA

A proposição em tela consiste em denunciar os maus-tratos e abandono dos animais.

Atualmente, existe uma preocupação latente com o bem-estar e saúde dos animais de maneira efetiva, pois já comprovadamente são seres sencientes, quer dizer, sentem frio, dor, fome, calor, etc, a exemplo de nós.

Os maus-tratos aos animais são constantes em nosso País e esse tipo de crime precisa ser registrado e apurado.

O sistema do Disque Denúncia Animal vai

possibilitar a querela por parte da população e o encaminhamento para apuração, além de que a presente medida irá contribuir para reduzir esse tipo de crime.

Além disso a Lei 14.064 de 2020, aumentou as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato, para detenção de 02 a 05 anos, multa e proibição de guarda. Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

A punição é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre a morte do animal.

Esse projeto de Lei se configura como um grande avanço na luta contra os maus-tratos aos animais. No entanto, é importante que o poder público e a sociedade entendam o que de fato é caracterizado por maus-tratos.

É preciso entender que maus-tratos vão além daquela agressão física, que por si só já é bastante cruel, abandonar, deixar sem água, sem comida, sem proteção e local adequado para o animal, também se caracteriza por maus-tratos.

Assim, a presente propositura oferece a criação do "DISQUE-DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS DE ANIMAIS", que vai disponibilizar canais de denúncia à população, que muitas vezes têm conhecimento de casos que estejam ocorrendo, mas que não tem onde recorrer para denunciá-los.

Este Projeto de lei visa proibir a matança de animais com o fim de extermínio gratuito, preservando a saúde, a vida dos mesmos e evitando torná-los objetos de morte cruel e injustificável.

Ante o exposto, ressaltamos que o presente Projeto de Lei se coaduna com os preceitos insculpidos no ordenamento jurídico em atendimento as necessidades sociais, bem como prevê o remanejamento de linhas telefônicas já existentes, sem, portanto, implicar novos custos.

EXTRATOS DE DECISÕES

Protocolo SALJ n. 16793/01

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000103.70.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n.

2000103.70.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/01, refere-se alínea "b" do inciso VIII, do art. 32, da Lei Orgânica de Selvíria-MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/02

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1400422-82.2020.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Aparecida do Taboado

Requerido: Câmara Municipal de Aparecida do Taboado

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1400422-82.2020.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/02, refere-se à Lei 1.621, de 23 de dezembro de 2019, do Município de Aparecida do Taboado, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/03

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2001062-70.2019.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2001062-70.2019.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/03, refere-se à Lei 2.585/2019, do Município de Bataguassu, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/04

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1412566-25.2019.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Três Lagoas

Requerido: Câmara Municipal de Três Lagoas

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às

declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1412566-25.2019.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/04, refere-se à Lei 3.425, de 17 de julho de 2018, do Município de Três Lagoas, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/05

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000641-80.2019.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de São Gabriel do Oeste

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000641-80.2019.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/05, refere-se aos arts. 3º e 5º da Lei Municipal n. 1.034/2016, do Município de São Gabriel do Oeste, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/06

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1408218-61.2019.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Naviraí

Requerido: Câmara Municipal de Naviraí

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1408218-61.2019.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/06, refere-se à Lei 2.201/2019 do Município de Naviraí, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/07

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1404576-17.2018.8.12.0000

Requerente: Federação dos Trabalhadores em Educação de

Mato Grosso do Sul – FETEMS

Requerido: Câmara Municipal de Bela Vista

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1404576-17.2018.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/07, refere-se à Lei 1.598/2017, do Município de Bela Vista, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/08

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1405010-69.2019.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Naviraí

Requerido: Câmara Municipal de Naviraí

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1405010-69.2019.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/08, refere-se à Lei 2.171/2019 do Município de Naviraí, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/09

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1404646-97.2019.8.12.0000

Requerente: Sindicato Profissional das Concessionárias de Veículos Automotores do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Três Lagoas

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1404646-97.2019.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/09, refere-se à Lei 2.863/2014, do Município de Três Lagoas, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/10

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000395-37.2018.8.12.0900

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000395-37.2018.8.12.0900 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/10, refere-se à Lei Complementar n. 12/2001, do Município de Paranaíba, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/11

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000641-33.2018.8.12.0900

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000641-33.2018.8.12.0900 - TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/11, refere-se ao art. 1º da Lei 2.123, do Município de Paranaíba, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/12

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1409520-62.2018.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Brasilândia

Requerido: Câmara Municipal de Brasilândia

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1409520-62.2018.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/12,

refere-se à Lei nº 2732, de 17 de agosto de 2018 do Município de Rochedo, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/13

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1409359-52.2018.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Rio Negro

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Rio Negro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1409359-52.2018.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/13, refere-se à Lei Municipal nº 773/2017, do Município de Rio Negro-MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/15

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1406159-37.2018.8.12.0000

Requerente: Fetems – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Três Lagoas e outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1406159-37.2018.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/15, refere-se à Lei Municipal nº 3.361/2017 do Município de Três Lagoas, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/16

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1400998-12.2019.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Corumbá

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Corumbá

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça

de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1400998-12.2019.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/16, refere-se à dispositivo da Lei Orgânica do Município de Corumbá, ainda em sede de cautelar, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/17

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1400630-03.2019.8.12.0000

Requerente: Município de Corumbá

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Corumbá

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1400630-03.2019.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/17, refere-se ao art. 18 da Lei Orgânica do Município de Corumbá/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/18

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1413419-68.2018.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Rio Verde de Mato Grosso

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Rio Verde de Mato Grosso

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1413419-68.2018.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/18, refere-se à Lei Municipal n. 01/2019, do Município de Rio Verde de Mato Grosso, ainda em sede cautelar, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/19

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000003-52.2016.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Juti

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000003-52.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/19, refere-se ao art. 18, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de Juti, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/20

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000110-62.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sidrolândia

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000110-62.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/20, refere-se à dispositivos da Lei Orgânica do Município de Sidrolândia, ainda em sede de cautelar, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/21

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1413949-09.2017.8.12.0000

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Paranaíba

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1413949-09.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/21, refere-se à Lei nº 2.123/2017, do Município de Paranaíba, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/22

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1412581.28.2018.8.12.0000

Requerente: Associação dos Oficiais Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul e Outros

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1412581.28.2018.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/22, refere-se à Emenda à Lei Orgânica do Município de Campo Grande de n. 37/2018, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/23

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1403519-61.2018.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Naviraí

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Naviraí

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1403519-61.2018.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/23, refere-se à Lei Municipal n. 2.099, de 8 de janeiro de 2018, do Município de Naviraí, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/24

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1403607-02.2018.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Naviraí

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Naviraí

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1403607-02.2018.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/24, refere-se à Lei Municipal n. 2.096 de 18 de dezembro de 2017, do Município de Naviraí, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/25

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1413335-04.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Jateí

Requerido: Câmara dos Vereadores de Jateí

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1413335-04.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/25, tem por objeto a Emenda à Lei Orgânica n. 001/2017 do Município de Jateí/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/26

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000447.51-2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Cassilândia

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000447.51-2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/26, tem por objeto os arts. 38, VIII e 58, §2º, da Lei Orgânica do Município de Cassilândia/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/27

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 20000819-97.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara dos Vereadores do Município de Corumbá

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000819-97.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/27, tem por objeto o parágrafo único, do art. 45, da Lei Orgânica n. 40/2015, do Município de Corumbá/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/28

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1413123-80.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara dos Vereadores do Município de Corumbá

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1413123-80.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/28, tem por objeto o art. 5º da Lei Municipal n. 1.529/97, de Corumbá/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/29

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1409675-02.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Ladário

Requerido: Câmara Municipal de Ladário

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1409675-02.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/29, refere-se à Lei Municipal n. 984/2017, de Ladário/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/30

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000438-71.2018.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara dos Vereadores do Município de Campo Grande e outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000438-71-2018.8.12.0900 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/30, refere-se ao artigo 40, inciso I, da Lei Complementar n. 301/2017 do Município de Campo Grande/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/31

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1410893-65.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Naviraí

Requerido: Câmara dos Vereadores de Naviraí

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1410893-65.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/31, refere-se à Lei Municipal n. 2.050/2017, de Naviraí/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/32

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1412230-89.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Ladário

Requerido: Câmara dos Vereadores do Município de Ladário

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1412230-89.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/32,

refere-se à Lei Municipal n. 993/2007, de Ladário/MS, decido pelo arquivamento deste processo.

Protocolo SALJ n. 16793/33

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000127-98.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado e Outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000127-98.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/33, referente aos dispositivos da Lei Municipal n. 1500, de 27 de dezembro de 2015, de Aparecida do Taboado/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/34

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000006-70.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo e Outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000006-70.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/34, refere-se aos arts. 31, X, "b" e 58, §2º, da Lei Orgânica do Município de Ribas do Rio Pardo, ainda em sede de cautelar, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/35

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1409738-27.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Ladário

Requerido: Câmara Municipal de Ladário

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos

estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1409738-27.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/35, refere-se à Lei 985/2017 do Município de Ladário, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/36

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1410190-37.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Brasilândia

Requerido: Câmara Municipal de Brasilândia

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1410190-37.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/36, refere-se à Lei 2.678/2017, do Município de Brasilândia, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/37

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1413755-09.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Bela Vista

Requerido: Câmara Municipal de Bela Vista

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1413755-09.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/37, refere-se à Lei 1.589/2017 do Município de Bela Vista, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/38

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1406205-60.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Anaurilândia

Requerido: Câmara Municipal de Anaurilândia

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1406205-60.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/38, refere-se à Lei 666/2016 do Município de Anaurilândia, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/39

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1402917-07.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Eldorado

Requerido: Câmara Municipal de Eldorado

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1402917-07.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/39, refere-se à Lei 1.142/17 do Município de Eldorado, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/40

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000449-21.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Bataguassu

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000449-21.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/40, refere-se à alínea "b", do inciso VII, do art. 34 da Lei Orgânica do Município de Bataguassu, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/41

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul

(ALEMS)

Processo n. 2000756-72.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados e Outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000756-72.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/41, refere-se à Lei 4.087/2017 do Município de Dourados, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/42

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000024-28.2016.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000024-28.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/42, referem-se aos arts. 88, 90 e 92, § 6º, da Lei Municipal nº 2.909/92 (com a redação dada ou acrescida pela Lei Complementar nº 228, de 31 de março de 2014), e art. 5º, alíneas "g" e "h", da Lei Complementar Municipal nº 08/96 (redação dada pela Lei Complementar n. 267, de 14 de agosto de 2015), do Município de Campo Grande, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/43

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000452-73.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jardim

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a

ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000452-73.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/43, refere-se à alínea “b” do inciso VIII, do art. 38, da Lei Orgânica do Município de Jardim, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/44

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000008-40.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000008-40.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/44, refere-se ao art. 48, §2º da Lei Orgânica do Município de Ladário, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/45

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000451-88.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Pedro Gomes

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000451-88.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/45, refere-se à alínea “b” do inciso IX do art. 39 e §1º do art. 66 da Lei Orgânica do Município de Pedro Gomes, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/46

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000009-25.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta

Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000009-25.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/46, refere-se ao §2º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Miranda, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/47

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000002-33.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Iguatemi

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000002-33.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/47, refere-se aos artigos 33, VII, “b” e 61, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Iguatemi, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/48

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000105-40.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Taquarussu

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000105-40.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/48, refere-se à alínea “b” do inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Taquarussu, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/49

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000010-10.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Guia Lopes da Laguna

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000010-10.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/49, referem-se à dispositivos da Lei Orgânica do Município de Guia Lopes da Laguna, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/50

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000108-92.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000108-92.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/50, refere-se à dispositivos da Lei Orgânica do Município de Paranaíba, ainda em sede cautelar, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/51

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000112-32.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque e outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000112-32.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/51, refere-se à dispositivos da Lei Orgânica do Município de Nioaque, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/52

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1407245-77.2017.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Ladário

Requerido: Câmara Municipal de Ladário

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1407245-77.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/52, refere-se à emenda n. 18, que acrescentou dispositivo à Lei Orgânica Municipal de Ladário, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/53

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000107-10.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã e Outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000107-10.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/53, refere-se à dispositivo da Lei Orgânica do Município de Itaporã, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/54

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000104-55.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Novo Horizonte do Sul

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a

ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000104-55.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/54, refere-se à dispositivo da Lei Orgânica do Município de Novo Horizonte do Sul, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/55

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000450-06.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000450-06.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/55, refere-se à dispositivo da Lei Orgânica do Município de Corumbá, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/56

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000448-36.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000448-36.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/56, refere-se à dispositivos da Lei Orgânica do Município de Rio Verde de Mato Grosso, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/57

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000445-81.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas e outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às

declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000445-81.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/57, refere-se à dispositivo da Lei Orgânica do Município de Sete Quedas, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/58

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000001-82.2016.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000001-82.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/58, refere-se à Lei Municipal n. 5.092/2012, do Município de Campo Grande, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/59

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000446-66.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000446-66.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/59, refere-se à dispositivo da Lei Orgânica do Município de Deodápolis, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/60

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000007-55.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000007-55.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/60, refere-se à dispositivo da Lei Orgânica do Município de Ivinhema, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/61

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000015-32.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Tacuru

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000015-32.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/61, refere-se à dispositivos da Lei Orgânica do Município de Tacuru, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/62

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000005-85.2017.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Negro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000005-85.2017.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/62, refere-se ao art. 32, VIII, alínea "b" e parte do §2º, do art. 59, da Lei Orgânica do Município de Rio Negro, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/63

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 20000032-05.2016.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sidrolândia

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 20000032-05.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/63, refere-se às tabelas n. 5, do anexo I, e n. 1, do Anexo II, da Lei Complementar n. 85/2013, de Sidrolândia/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/64

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1405518-20.2016.8.12.0000

Requerente: Município de Amambai

Requerido: Câmara do Município de Amambai

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1405518-20.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/64, refere-se as dispositivos e expressões constantes no art. 209 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Amambaí, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/65

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1408516-58.2016.8.12.0000

Requerente: Prefeito de Campo Grande

Requerido: Câmara de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1408516-58.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/65,

refere-se a percentual de 9,57% da Lei Municipal n. 5.708/2016, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/66

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1408150-19.2016.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Campo Grande

Requerido: Câmara Municipal de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1408150-19.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/66, refere-se à Lei Complementar n. 285, de 22 de julho de 2016, do Município de Campo Grande, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/67

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1404297-02.2016.8.12.0000

Requerente: Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande - MS

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1404297-02.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/67, refere-se à Lei n. 5.602, de 12.8.2015, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/68

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 2000002-67.2016.8.12.0000

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Anaurilândia

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às

declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 2000002-67.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/68, refere-se à Lei Municipal n. 617/2015, de 26 de novembro de 2015, de Anaurilândia, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/69

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1402897-50.2016.8.12.0000

Requerente: Associação Nacional dos Restaurantes

Requerido: Município de Campo Grande e Outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1402897-50.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/69, refere-se à Lei n. 5.602, de 12.8.2015, do Município de Campo Grande, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/70

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1400925-45.2016.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Água Clara

Requerido: Câmara Municipal de Água Clara

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1400925-45.2016.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/70, refere-se às Emendas modificativas n. 30/2015, 31/2015, 32/2015, a emenda aditiva n. 01/2015, 06/2015, da Lei Municipal n. 980, de 14 de janeiro de 2016, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/71

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1407466-31.2015.8.12.0000

Requerente: Sindicato do Com. Varejista de Combust. Automotivos Lubrif. e Lojas de Conveniências do MS – Sinpetro/MS.

Requerido: Município de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1407466-31.2015.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/71, refere-se aos dispositivos dos Decretos Municipais n. 12.071/2012 e 12636/2015, de Campo Grande, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/72

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1406538-80.2015.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Rochedo

Requerido: Câmara Municipal de Rochedo

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1406538-80.2015.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/72, refere-se à Emenda Supressiva n. 001/2015 da Lei Complementar n. 38/015 do Município de Rochedo/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/73

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1405567-95.2015.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Campo Grande

Requerido: Câmara Municipal de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1405567-95.2015.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/73,

refere-se ao art. 5º da Lei Municipal n. 5.429/2015, de Campo Grande/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/74

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1403874-76.2015.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Corumbá

Requerido: Câmara Municipal de Corumbá

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1403874-76.2015.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/74, refere-se a dispositivos da Lei Municipal n. 2.465/2014, de Corumbá/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/75

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1403297-98.2015.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Campo Grande

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1403297-98.2015.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/75, refere-se à dispositivo da Lei Orgânica do Município de Campo Grande, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/76

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1402323-61.2015.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Corumbá

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Corumbá

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1402323-61.2015.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/76, refere-se à Lei Complementar n. 183/2014, do município de Corumbá, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/77

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1401060-91.2015.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Água Clara

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Água Clara

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1401060-91.2015.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/77, refere-se à Lei Municipal n. 949/2014, do Município de Água Clara, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/78

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1415478-68.2014.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Água Clara

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Água Clara e outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1415478-68.2014.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/78, refere-se ao art. 41, caput e incisos, da Lei Municipal nº 854/2012, do município de Água Clara, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/79

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1413927-53.2014.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Iguatemi

Requerido: Câmara Municipal de Iguatemi

Trata-se de processo administrativo, autuado

na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1413927-53.2014.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/79, refere-se à Lei Complementar nº 065/2013, do Município de Iguatemi, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/80

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1412585-07.2014.8.12.0000

Requerente: Prefeito do Município de Naviraí

Requerido: Câmara de Vereadores do Município de Naviraí

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1412585-07.2014.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/80, refere-se à Lei Complementar Municipal nº 165/2014 e da Emenda à Lei Orgânica nº 2/2014, do Município de Naviraí, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/81

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1403519-03.2014.8.12.0000

Requerente: Sindicato Municipal dos Trabalhadores de Caracol - MS

Requerido: Município de Caracol e Câmara Municipal do Município de Caracol

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1403519-03.2014.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/81, refere-se à Lei n. 415/05, do Município de Caracol, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/82

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul

(ALEMS)

Processo n. 4008899-55.2013.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo

Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 4008899-55.2013.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/82, refere-se aos artigos 7º e 8º e das Tabelas dos Anexos I, II, III e IV da Lei Municipal n. 999, de 12 de agosto de 2013, do Município de Ribas do Rio Pardo, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/83

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1403814-40.2014.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Corumbá

Requerido: Câmara Municipal de Corumbá

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1403814-40.2014.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/83, refere-se à Lei Complementar 171/2014 do Município de Corumbá, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/84

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 4000679-68.2013.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Campo Grande

Requerido: Câmara Municipal de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 4000679-68.2013.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/84, refere-se à Lei Complementar n.º 213/2012 e à Lei n.º 5.307/14

do Município de Campo Grande, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/85

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 4010605-73.2013.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Naviraí

Requerido: Câmara Municipal de Naviraí

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 4010605-73.2013.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/85, refere-se à Lei 1.749/2013 do Município de Naviraí, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/86

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1403411-71.2014.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de São Gabriel do Oeste

Requerido: Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1403411-71.2014.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/86, refere-se à Lei 938/2014 e 936/2013 do Município de São Gabriel do Oeste, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/87

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 1401094-03.2014.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Corumbá

Requerido: Câmara Municipal de Corumbá

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 1401094-03.2014.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/87, refere-se à Lei 163/2013, do Município de Corumbá, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/88

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 4013406-59.2013.8.12.0000

Requerente: Município de Camapuã

Requerido: Câmara Municipal de Camapuã

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 4013406-59.2013.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/88, refere-se à Lei Municipal n. 1.890/2013, de Camapuã/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/89

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 4005806-84.2013.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Campo Grande

Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 4005806-84.2013.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/89, refere-se à Lei Municipal n. 5.189/2013, de Campo Grande/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/90

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 4004697-35.2013.8.12.0000

Requerente: Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso do Sul

Requerido: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às

declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Por essa razão, determino que seja oficiada à Consultoria Legislativa, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica do Poder Executivo, para proceder com as devidas alterações no site onde hospeda a legislação estadual, quanto à declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar Estadual n. 171/2013 na parte que deu nova redação ao art. 45, inciso VII e parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n. 114/2005, conforme decidido no processo n. 4004697-35.2013.8.12.0000 – TJMS, já transitado em julgado.

Protocolo SALJ n. 16793/91

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 4004362-16.2013.8.12.0000

Requerente: Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso do Sul - Fecomércio

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul e outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Por essa razão, determino que seja oficiada à Consultoria Legislativa, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica do Poder Executivo, para proceder com as devidas alterações no site onde hospeda a legislação estadual, tachando o texto legal da Lei Estadual n. 4.320, de 26 de fevereiro de 2013, que foi declarado inconstitucional, nos termos do processo n. 4004362-16.2013.8.12.0000 – TJMS, já transitado em julgado.

Protocolo SALJ n. 16793/92

Comunicante: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)

Comunicado: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)

Processo n. 4003647-71.2013.8.12.0000

Requerente: Prefeito Municipal de Campo Grande

Requerido: Câmara Municipal de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 4003647-71.2013.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/92, refere-se à Lei Municipal n. 5.184/2012, de Campo Grande/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/93**Comunicante:** Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)**Comunicado:** Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)**Processo n.** 4002395-33.2013.8.12.0000**Requerente:** Prefeito Municipal de Campo Grande**Requerido:** Câmara Municipal de Campo Grande

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 4002395-33.2013.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/93, refere-se à Lei Complementar Municipal n. 207/2012, de Campo Grande/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/94**Comunicante:** Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)**Comunicado:** Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)**Processo n.** 4000885-82.2013.8.12.0000**Requerente:** Ministério Público Estadual**Requerido:** Município de Aquidauana e Outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 4000885-82.2013.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/94, refere-se ao § 3º, do art. 4º, da Lei Municipal n.1.915/1993, de Aquidauana/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/95**Comunicante:** Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)**Comunicado:** Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)**Processo n.** 4000724-72.2013.8.12.0000**Requerente:** Ministério Público Estadual**Requerido:** Município de Jaraguari e outro

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 4000724-72.2013.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/95,

refere-se aos quadros IV e V, do Anexo II e a íntegra do Anexo VIII da Lei Municipal n. 677/2008, de Jaguari/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

Protocolo SALJ n. 16793/96**Comunicante:** Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS)**Comunicado:** Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)**Processo n.** 0602655-66.2012.8.12.0000**Requerente:** Prefeito Municipal de Rochedo**Requerido:** Câmara Municipal de Rochedo

Trata-se de processo administrativo, autuado na Secretaria de Assuntos Legislativos e Jurídicos desta Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar publicidade às declarações de inconstitucionalidades, de leis ou atos normativos estaduais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

...

Diante disso, considerando que a ação declaratória de inconstitucionalidade n. 0602655-66.2012.8.12.0000 – TJMS, autuada na SALJ sob n. 16793/96, refere-se às Leis Municipais n. 681, de 15 de agosto de 2012, e n. 682, de 14 de setembro de 2012, ambas do Município de Rochedo/MS, **decido pelo arquivamento deste processo.**

4ª PARTE - BOLETIM DE PESSOAL

ATO Nº 1138/2020-PRES.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Alterar a lotação dos ocupantes de cargos em comissão pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, do gabinete do Deputado **ONEVAN DE MATOS**, com validade a contar de 18 de novembro de 2020, passe a constar lotados no gabinete da Deputada **MARA CASEIRO**, conforme relação abaixo:

Matrícula	Nome
8064	MARICLAINE RIBAS ANTUNES
6875	ALEXSANDRO JUNIOR RIGONATO
6678	HELIO PEREIRA DE QUEIROGA
5171	FERNANDO ORTEGA
553	NIRLEI APARECIDA ANSELM

Gabinete da Presidência, 24 de novembro de 2020.

Deputado **PAULO CORRÊA**
Presidente

5ª PARTE - AVISOS E EDITAIS**EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO****Processos n.º** 023/2020**Objeto:** Doação de bens inservíveis.**Doadora:** Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. **Donatária:** Instituto Eurípedes Barsanulfo - CTEB**Data da Doação:** 20/11/2020**Amparo Legal:** Lei nº 8.666 de 21.06.93.**ASSINANTES****Doadora:** Deputado Zé Teixeira – 1º Secretário**Donatária:** Carlos Renato Ramos Nunes - Presidente

Campo Grande, 26 de novembro de 2020.

JUSSIRA NEVES

Presidente da Comissão Especial de Controle e Baixa de Material Permanente

AGENDA**SESSÕES E REUNIÕES ORDINÁRIAS**

DATA	HORA	ATIVIDADE	LOCAL
01/12/2020 – terça-feira	9:00	Sessão Ordinária	Plenário Deputado Júlio Maia
02/12/2020 – quarta-feira	8:00	Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação	Plenário Deputado Nelito Câmara
	9:00	Sessão Ordinária	Plenário Deputado Júlio Maia
03/12/2020 – quinta-feira	9:00	Sessão Ordinária	Plenário Deputado Júlio Maia

OUTRAS REUNIÕES

DATA	HORA	ATIVIDADE	LOCAL
10/12/2020 – quinta-feira	9:00	Eleição da Mesa Diretora para o 2º biênio da 11ª Legislatura	Plenário Deputado Júlio Maia

Calendário de tramitação dos Projetos de Lei nº 188/2020 (Primeira Revisão do Plano Plurianual 2020-2023) e 189/2020 (Lei Orçamentária Anual 2021).

**Período para oferecimento de emendas pelos
deputados: até 22/10 (art. 332, §1º)**

28/10/2020	Quarta-feira	CCJR	Distribuição da matéria na CCJR (art. 332, §2º)
------------	--------------	-------------	--

04/11/2020	Quarta-feira	CCJR	Devolução da matéria pela CCJR (art. 332, §2º)
05/11/2020	Quinta-feira	CFO	Distribuição da matéria na CFO (art. 332, §3º)
16/11/2020	Segunda-feira	CFO	Devolução da matéria pela CFO (art. 332, §3º)
17/11/2020	Terça-feira	Ordem do Dia	1ª Votação em Plenário (art. 335, <i>caput</i>)
18/11/2020	Quarta-feira	CFO	Entrosamento (art. 336, <i>caput</i>)
Período para oferecimento de emendas pelos deputados: de 19/11 a 23/11 (art. 336, parágrafo único)			
25/11/2020	Quarta-feira	CCJR	Distribuição da matéria na CCJR (art. 337, <i>caput</i>)
27/11/2020	Sexta-feira	CCJR	Devolução da matéria pela CCJR (art. 337, <i>caput</i>)
30/11/2020	Segunda-feira	CFO	Distribuição da matéria na CFO (art. 337, <i>caput</i>)
03/12/2020	Quinta-feira	CFO	Devolução da matéria pela CFO (art. 337, <i>caput</i>)
08/12/2020	Terça-feira	Ordem do Dia	2ª Votação em Plenário (art. 337, <i>caput</i>)
09/12/2020	Quarta-feira	Ordem do Dia	Votação da Redação Final em Plenário e Remessa para Autógrafo (art. 338, <i>caput</i> e art. 339)

FRENTES PARLAMENTARES

I – FRENTE PARLAMENTAR PARA O DESENVOLVIMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (ATO 4/19 DA MESA DIRETORA, DE 13/02/2019)			
JAMILSON NAME	EVANDER VENDRAMINI	EDUARDO ROCHA	LIDIO LOPES
CORONEL DAVID	HERCULANO BORGES	MARCIO FERNANDES	ANTÔNIO VAZ
JOÃO HENRIQUE	RENATO CÂMARA - Coordenador		

II – FRENTE PARLAMENTAR PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (ATO 5/19 DA MESA DIRETORA, DE 13/02/2019)			
PROFESSOR RINALDO	CORONEL DAVID	MARCIO FERNANDES	BARBOSINHA
HERCULANO BORGES	EDUARDO ROCHA	RENATO CÂMARA - Coordenador	

III – FRENTE PARLAMENTAR ESTADUAL EM DEFESA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – FPSAN (ATO 16/19 DA MESA DIRETORA, DE 19/03/2019)			
ANTÔNIO VAZ	CAPITÃO CONTAR	EVANDER VENDRAMINI	NENO RAZUK
PEDRO KEMP	CORONEL DAVID	MARCIO FERNANDES	GERSON CLARO
PROFESSOR RINALDO	CABO ALMI - Coordenador		

IV – FRENTE PARLAMENTAR ESTADUAL EM DEFESA DA PESCA – FPESCA (ATO 21/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 01/04/2019)			
MARCIO FERNANDES	CAPITÃO CONTAR	BARBOSINHA	PEDRO KEMP
EDUARDO ROCHA	EVANDER VENDRAMINI	ANTÔNIO VAZ	ZÉ TEIXEIRA
RENATO CÂMARA	CABO ALMI - Coordenador		

V – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ATO 18/19 DA MESA DIRETORA, DE 20/03/2019)			
ANTÔNIO VAZ	CABO ALMI	CORONEL DAVID	
EVANDER VENDRAMINI	GERSON CLARO	HERCULANO BORGES	
JOÃO HENRIQUE	LUCAS DE LIMA	MARÇAL FILHO	
PROFESSOR RINALDO	ZÉ TEIXEIRA	PEDRO KEMP - Coordenador	

VI – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (ATO 6/19 DA MESA DIRETORA, DE 13/02/2019)			
BARBOSINHA	CORONEL DAVID	EDUARDO ROCHA	
HERCULANO BORGES	JAMILSON NAME	LIDIO LOPES	
MARCIO FERNANDES	PROFESSOR RINALDO	RENATO CÂMARA - Coordenador	

VII – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS ANIMAIS (ATO 12/19 DA MESA DIRETORA, DE 13/03/2019)			
CAPITÃO CONTAR	JAMILSON NAME	PROFESSOR RINALDO	CABO ALMI
MARÇAL FILHO	EDUARDO ROCHA	EVANDER VENDRAMINI	LIDIO LOPES
LUCAS DE LIMA	GERSON CLARO	HERCULANO BORGES	FELIPE ORRO
PAULO CORRÊA	JOÃO HENRIQUE	LONDRES MACHADO	ANTÔNIO VAZ
CORONEL DAVID	RENATO CÂMARA	MARCIO FERNANDES - Coordenador	

VIII – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO COOPERATIVISMO (ATO 13/19 DA MESA DIRETORA, DE 13/03/2019)			
BARBOSINHA	ANTÔNIO VAZ	MARCIO FERNANDES	CAPITÃO CONTAR
LIDIO LOPES	CORONEL DAVID	EVANDER VENDRAMINI	GERSON CLARO
CABO ALMI	JOÃO HENRIQUE	LONDRES MACHADO	LUCAS DE LIMA
PEDRO KEMP	NENO RAZUK	PROFESSOR RINALDO - Coordenador	

IX – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO AGRONEGÓCIO (ATO 11/19 DA MESA DIRETORA, DE 13/03/2019)			
ANTÔNIO VAZ	EDUARDO ROCHA	RENATO CÂMARA	ZÉ TEIXEIRA
CORONEL DAVID	GERSON CLARO	EVANDER VENDRAMINI	NENO RAZUK
CAPITÃO CONTAR	JOÃO HENRIQUE	HERCULANO BORGES	LIDIO LOPES
JAMILSON NAME	LUCAS DE LIMA	PROFESSOR RINALDO	FELIPE ORRO
MARÇAL FILHO	PAULO CORRÊA	LONDRES MACHADO	BARBOSINHA
MARCIO FERNANDES - Coordenador			

X – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA MULHER (ATO 9/19 DA MESA DIRETORA, DE 21/02/2019)			
PAULO CORRÊA	PROFESSOR RINALDO	EVANDER VENDRAMINI	ZÉ TEIXEIRA
GERSON CLARO	CAPITÃO CONTAR	HERCULANO BORGES	
JAMILSON NAME	ANTÔNIO VAZ	MARÇAL FILHO - Coordenador	

XI – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ATO 8/19 DA MESA DIRETORA, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019)			
PAULO CORRÊA	CAPITÃO CONTAR	EVANDER VENDRAMINI	ZÉ TEIXEIRA
GERSON CLARO	PROFESSOR RINALDO	HERCULANO BORGES	ANTÔNIO VAZ
JAMILSON NAME	MARÇAL FILHO - Coordenador		

XII – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ATO 3/19 DA MESA DIRETORA, DE 14/02/2019)			
BARBOSINHA	CABO ALMI	JAMILSON NAME	MARÇAL FILHO
NENO RAZUK	PEDRO KEMP	LIDIO LOPES - Coordenador	

XIII – FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA PÚBLICA DE FRONTEIRA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (FPSFP) (ATO 17/19 DA MESA DIRETORA, DE 20/03/2019)			
ANTÔNIO VAZ	BARBOSINHA	CAPITÃO CONTAR	ZÉ TEIXEIRA
EDUARDO ROCHA	FELIPE ORRO	HERCULANO BORGES	LIDIO LOPES
JAMILSON NAME	PEDRO KEMP	MARCIO FERNANDES	RENATO CÂMARA
PAULO CORRÊA	CORONEL DAVID - Coordenador		

XIV – FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS HÍDRICOS (ATO 19/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 26/03/2019)			
ANTÔNIO VAZ	EVANDER VENDRAMINI	CAPITÃO CONTAR	NENO RAZUK
LUCAS DE LIMA	PROFESSOR RINALDO	MARCIO FERNANDES	CABO ALMI
JAMILSON NAME	RENATO CÂMARA - Coordenador		

XV – FRENTE PARLAMENTAR DE ENFRENTAMENTO À TRÍPLICE EPIDEMIA: DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA (ATO 14/19 DA MESA DIRETORA, DE 13/03/2019)			
ANTÔNIO VAZ	MARCIO FERNANDES	CAPITÃO CONTAR	PEDRO KEMP
FELIPE ORRO	EVANDER VENDRAMINI	CORONEL DAVID	CABO ALMI
GERSON CLARO	HERCULANO BORGES	JOÃO HENRIQUE	NENO RAZUK
MARÇAL FILHO	PROFESSOR RINALDO	LUCAS DE LIMA	LIDIO LOPES
PAULO CORRÊA		RENATO CÂMARA - Coordenador	

XVI – FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE À CORRUPÇÃO E PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS (ATO 22/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 09/04/2019)		
ANTÔNIO VAZ	CABO ALMI	CORONEL DAVID
EVANDER VENDRAMINI	HERCULANO BORGES	JAMILSON NAME
JOÃO HENRIQUE	LIDIO LOPES	LUCAS DE LIMA
NENO RAZUK	PAULO CORRÊA	PEDRO KEMP
PROFESSOR RINALDO	RENATO CÂMARA	ZÉ TEIXEIRA
CAPITÃO CONTAR - Coordenador		

XVII – FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO TURVAMENTO E ASSOREAMENTO DOS RIOS DA REGIÃO DE BONITO/MS (ATO 23/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 17/04/2019)		
ANTÔNIO VAZ	CABO ALMI	CAPITÃO CONTAR
CORONEL DAVID	EDUARDO ROCHA	EVANDER VENDRAMINI
GERSON CLARO	JOÃO HENRIQUE	MARÇAL FILHO
MARCIO FERNANDES	NENO RAZUK	PAULO CORRÊA
PEDRO KEMP	PROFESSOR RINALDO	RENATO CÂMARA
LUCAS DE LIMA - Coordenador		

XVIII – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA JUVENTUDE (ATO 33/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 31/05/2019)			
CAPITÃO CONTAR	CORONEL DAVID	EVANDER VENDRAMINI	LIDIO LOPES
JAMILSON NAME	LUCAS DE LIMA	MARÇAL FILHO	NENO RAZUK
RENATO CÂMARA	MARCIO FERNANDES - Coordenador		

XIX – FRENTE PARLAMENTAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA SUINOCULTURA (ATO 34/19 DA MESA DIRETORA, DE 19/06/2019)			
PROFESSOR RINALDO	ANTÔNIO VAZ	CAPITÃO CONTAR	ZÉ TEIXEIRA
CORONEL DAVID	EDUARDO ROCHA	GERSON CLARO	NENO RAZUK
HERCULANO BORGES	LONDRES MACHADO	LUCAS DE LIMA	BARBOSINHA
MARCIO FERNANDES	MARÇAL FILHO	RENATO CÂMARA - Coordenador	

XX – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SAÚDE MENTAL E COMBATE À DEPRESSÃO E AO SUICÍDIO (ATO 38/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 15/07/2019)		
ANTÔNIO VAZ	CABO ALMI	CORONEL DAVID
EVANDER VENDRAMINI	GERSON CLARO	JAMILSON NAME
LIDIO LOPES	LUCAS DE LIMA	MARÇAL FILHO - Coordenador

XXI – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL (ATO 43/19 DA MESA DIRETORA, DE 22/08/2019)			
CAPITÃO CONTAR	CORONEL DAVID	EVANDER VENDRAMINI	PEDRO KEMP
JOÃO HENRIQUE	LUCAS DE LIMA	MARCIO FERNANDES	MARÇAL FILHO
ANTÔNIO VAZ - Coordenador	PROFESSOR RINALDO		

XXII – FRENTE PARLAMENTAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA (ATO 44/19 DA MESA DIRETORA, DE 22/08/2019)		
ANTÔNIO VAZ	CAPITÃO CONTAR	CORONEL DAVID
GERSON CLARO	HERCULANO BORGES	JOÃO HENRIQUE
LUCAS DE LIMA	PEDRO KEMP	EVANDER VENDRAMINI - Coordenador

XXIII – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER (ATO 45/19 DA MESA DIRETORA, DE 22 DE AGOSTO DE 2019)			
ANTÔNIO VAZ	CAPITÃO CONTAR	CORONEL DAVID	EVANDER VENDRAMINI
GERSON CLARO	PEDRO KEMP	HERCULANO BORGES - Coordenador	

XXIV – FRENTE PARLAMENTAR PARA O CORREDOR RODOVIÁRIO BIOCEÂNICO (ATO 47/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 30/08/2019)			
ANTÔNIO VAZ	JOÃO HENRIQUE	EVANDER VENDRAMINI	ZÉ TEIXEIRA
LUCAS DE LIMA	FELIPE ORRO	GERSON CLARO	NENO RAZUK
JAMILSON NAME	MARÇAL FILHO	LONDRES MACHADO	BARBOSINHA
CAPITÃO CONTAR - Coordenador			

XXV – FRENTE PARLAMENTAR DO LEITE (ATO 49/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 10/09/2019)			
LUCAS DE LIMA	HERCULANO BORGES	EDUARDO ROCHA	LIDIO LOPES
CAPITÃO CONTAR	EVANDER VENDRAMINI	CORONEL DAVID	NENO RAZUK
JAMILSON NAME	MARCIO FERNANDES	PAULO CORRÊA	ANTÔNIO VAZ
PROFESSOR RINALDO	RENATO CÂMARA - Coordenador		

XXVI – FRENTE PARLAMENTAR DA MINERAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (ATO 51/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 02/10/2019)			
ANTÔNIO VAZ	FELIPE ORRO	GERSON CLARO	
JAMILSON NAME	JOÃO HENRIQUE	MARCIO FERNANDES	
NENO RAZUK	EVANDER VENDRAMINI - Coordenador		

XXVII – FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA UEMS (ATO 63/19 DA MESA DIRETORA, PUBLICADO EM 10/12/2019)		
PEDRO KEMP	CAPITÃO CONTAR	EVANDER VENDRAMINI
ANTÔNIO VAZ	PROFESSOR RINALDO	CORONEL DAVID
HERCULANO BORGES	GERSON CLARO	CABO ALMI
MARCIO FERNANDES	LIDIO LOPES	NENO RAZUK - Coordenador



O Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul foi instituído pela Resolução 29/11, de 13 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial nº 7.989, de 14 de julho de 2011, e se pauta nas disposições do art. 5º, XXXIII, e do art. 37, § 1º, da Constituição da República, que preveem a publicidade pelos órgãos públicos dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de interesse particular, coletivo ou geral, e nas disposições do art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que trata da responsabilidade na gestão fiscal de planejamento e transparência.

<http://diariooficial.al.ms.gov.br>

Telefone para contato: (67) 3389-6243